

A APLICABILIDADE  
DA CLÁUSULA DO  
TRATAMENTO JUSTO E  
EQUITATIVO AO BRASIL

---

Leonardo Vieira Arruda Achtschin

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by Leonardo Vieira Arruda Achtschin

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

A179a

Achtschin, Leonardo Vieira Arruda

A aplicabilidade da cláusula do tratamento justo e equitativo  
ao Brasil / Leonardo Vieira Arruda Achtschin. – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2021.

192 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 151-173.

ISBN 978-65-5510-540-7

1. Direito internacional. 2. Tratados bilaterais de investimentos.  
3. Acordo de cooperação e facilitação de investimentos. 4. Cláusula  
do tratamento justo e equitativo. 5. Direito comunitário. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>XI</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>XIII</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A metodologia para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro .....</b>	<b>11</b>
1.1 Da metodologia para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro a partir de sua natureza de norma consuetudinária.....	13
1.2 Da justificativa para a escolha da categoria das expectativas legítimas para a identificação do tratamento justo e equitativo no ordenamento jurídico brasileiro .....	16
1.2.1 A categoria das expectativas legítimas como pilar da cláusula do tratamento justo e equitativo.....	18
1.2.2 As demais categorias como vetores de convencimento de uma equiparação do ordenamento jurídico brasileiro à cláusula do tratamento justo e equitativo .....	23
<b>2 A relativização da oposição brasileira como ponto de partida para a identificação do Tratamento Justo e Equitativo no ordenamento jurídico brasileiro.....</b>	<b>27</b>
2.1 Uma relativização jurídica como pressuposto para a mitigação do argumento de não aceitação da cláusula do tratamento justo e equitativo .....	29
2.1.1 A relativização da tradicional resistência brasileira diante da transformação da cláusula do tratamento justo e equitativo em norma consuetudinária.....	29

2.1.1.1 A demonstração da evolução da cláusula do tratamento justo e equitativo à condição de costume do Direito Internacional dos Investimentos .....	29
2.1.1.2 A confirmação da elevação da cláusula do tratamento justo e equitativo à condição de costume do Direito Internacional dos Investimentos pelos tribunais arbitrais .....	37
2.1.2 O Brasil como objeto persistente diante do reconhecimento do tratamento justo e equitativo como direito consuetudinário .....	43
2.2 A relativização da justificativa político-diplomática em razão da definição do conteúdo do tratamento justo e equitativo.....	47
<b>3 A correspondência entre o Tratamento Justo e Equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro a partir da análise das categorias do tratamento justo e equitativo .....</b>	<b>61</b>
3.1 A categoria das expectativas legítimas como elemento balizador da identificação da cláusula do tratamento justo e equitativo no ordenamento jurídico brasileiro.....	62
3.1.1 A categoria das expectativas legítimas no Direito Internacional dos Investimentos.....	63
3.1.2 A identificação da categoria das expectativas legítimas no direito brasileiro por meio do princípio da proteção da confiança.....	70
3.2 As demais categorias da cláusula do tratamento justo e equitativo como elementos de suporte à identificação da cláusula no ordenamento jurídico brasileiro....	79
3.2.1 A categoria da proporcionalidade e da razoabilidade.....	79
3.2.1.1 A categoria da razoabilidade e da proporcionalidade no Direito Internacional dos Investimentos .....	80

3.2.1.2 A identificação da categoria da razoabilidade e da proporcionalidade no direito brasileiro por meio do princípio da proporcionalidade em sentido lato.....	85
3.2.2 A categoria da não discriminação .....	90
3.2.2.1 A categoria da não discriminação no Direito Internacional dos Investimentos.....	90
3.2.2.2 A identificação da categoria da não discriminação no direito brasileiro por meio do princípio da igualdade .....	96
3.2.3 A categoria da transparência .....	101
3.2.3.1 A categoria da transparência no Direito Internacional dos Investimentos.....	102
3.2.3.2 A identificação da categoria da transparência no direito brasileiro por meio do princípio da publicidade .....	107
3.2.4 A categoria do devido processo legal .....	113
3.2.4.1 A categoria do devido processo legal no Direito Internacional dos Investimentos .....	113
3.2.4.2 A identificação da categoria do devido processo legal no ordenamento brasileiro por meio do princípio do devido processo legal formal e material....	117
3.2.5 A categoria da boa-fé.....	122
3.2.5.1 A categoria da boa-fé no Direito Internacional dos Investimentos.....	123
3.2.5.2 A identificação da categoria da boa-fé no ordenamento brasileiro por meio da regra da boa-fé objetiva.....	125
<b>4 O papel da governança institucional dos ACFIs para a correspondência entre o Tratamento Justo e Equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro.....</b>	<b>131</b>
4.1 A função de “coordenador de diálogo” do Comitê Conjunto como forma de confirmação da correspondência	

entre o tratamento justo e equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro .....	133
4.2 O papel de “facilitador de diálogo” do Ponto Focal Nacional para a confirmação da correspondência entre o tratamento justo e equitativo e o ordenamento jurídico brasileiro.....	140
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>147</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>151</b>
<b>Apêndice – Modelo de Questionário.....</b>	<b>175</b>